

## MANOEL BONFIM – MESSIANISMO OU REVOLUÇÃO PARA ONDE MARCHA A SOCIEDADE?

Prof. José Pardinho Souza<sup>1</sup>

**RESUMO:** Manuel Bonfim, escritor sergipano, em 1901, quando resumia as idéias de B. Clark sobre a sociedade do futuro, baseada no princípio da igualdade, de que o aumento da produção capitalista, eliminaria, no futuro, toda e qualquer fronteira entre as classes sociais, questionava-as por achá-las utópicas. a partir daí faz-se uma análise das idéias de Bonfim em relação, não só às idéias de Clark, mas às de outros autores em relação ao que se entendeu por progresso no Brasil. começa-se uma caminhada histórica desde a influência positivista com as idéias de “ordem e progresso”, a visão autoritária que se tem em relação ao progresso; a concepção de que o Brasil é um país agrário (resquício do colonialismo); a crítica às políticas da época; a questão do racismo; a influência das políticas econômicas que deram certo em outros países sendo implantadas no Brasil e do povo à consciência de que não se levou em conta as peculiaridades do Brasil e do povo brasileiro. por isso, Bonfim propõe uma outra forma de mudança que seria a via educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade do futuro, fraternidade humana, capitalismo, igualdade, democracia, ideologia e progresso, Darwinismo social, liberalismo.

**ABSTRACT:** In the end of 1901, working as journalist and one of the directors of the magazine THE Universal, summarized Manoel Bomfim certain “forecasts” of B. Clark, teacher of political economy of Columbia University, on the society of the future. Nailing the human “fraternity that, according to him, the communism didn’t develop, the English economist the image of a world of equality, founded in the conception of the very common and fruit of the general progress of the capitalism.

In the opinion of the writer sergipano that world of equality, projected by B. Clark for the end of this century, as a result of the progress of the capitalism, it would never exist - First, because the increase of the production in itself

---

<sup>1</sup> Doutorando pela Universidade Luterana do Brasil Campus de Canoas - ULBRA - (Convênio com Universidade de Lion - Espanha). Professor da UNIPAR - Campus Toledo.

didn't mean the emergency of a new equalitarian order that got to level the goods of the "wealthy" classes and of the "workers".

Let us still see another passage in that the teacher of political economy got the attention for the criterion of equality of the future society: "One of the best characteristics of the future democracy will be the diffusion of the intellectual culture: as much as the material well-being, the intellectual joys will be perfectly cousing accessible to the worker of the middles of the century XX" (Bomfim, 1901: 188-9).

In the English economist's analysis, the current society is idealized at the beginning with base equalitarian; that is: the development of the capitalist production would eliminate, in the future, all and any border among the social classes; they would finish the privileges of the rich ones and, democratically, the workers would be entitled to the "intellectual" culture, to the "material" well-being, to the "intellectual" joys. It Projected for the future, with base in the ideology of the progress, a world of equality and of freedom.

**KEY WORDS:** Society of the future, human fraternity, capitalism, equality, democracy, ideology and progress, social Darwinismo, liberalism.

## 1. INTRODUÇÃO

Em fins de 1901, Manuel Bomfim, trabalhando como jornalista, um dos diretores da revista *A Universal*, resumia certas "previsões" de B. Clark, professor de economia política da Columbia University, sobre a *sociedade do futuro*. Pregando a "fraternidade humana" o comunismo não se desenvolveria, pois, segundo o economista inglês a imagem de um mundo de igualdade, fundado na concepção do bem comum e fruto do progresso geral do capitalismo impedi-lo-ia. Para Clark, no mundo do futuro "os operários alcançarão, pouco a pouco, esse conforto de que gozam hoje as classes abastadas. Para conseguir tal fim, a produção aumentará enormemente, e isto porque cessará toda a luta de classes, toda a rivalidade entre o capital e o trabalho" (BOMFIM, 1901, pp. 188-9).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A revista *A Universal*, fundada em 1901, tinha como diretores Thomas Delfino, Rivadávia Correa e Manoel Bomfim. Entre os colaboradores, Machado de Assis, Tavares Bastos, Afonso Costa, Vicente de Carvalho, Amadeu Amaral, Luiz Delfino, Olavo Bilac.

Na opinião do escritor sergipano esse mundo de igualdade, projetado por B. Clark para o final deste século, como resultado do avanço do capitalismo, nunca iria existir – Primeiro, porque o aumento da produção em si não significava a emergência de uma nova ordem igualitária que chegasse a nivelar os bens das “classes abastadas” e dos “operários”. Segundo, porque no futuro a sociedade capitalista continuaria a perpetuar a *desigualdade* entre uma “maioria” e uma “minoría”, às custas de um aumento aparente da riqueza e de um empobrecimento *relativo* dos trabalhadores. Era “tão fácil”, dizia Bomfim, “apresentar à contradita estas conclusões: continuarem as cousas como vão, haverá sempre uma maioria em condições de inferioridade quanto ao bem-estar e ao conforto, pouco importa que essa inferioridade seja apresentada por 0, como agora, ou por 2.000, 60 anos mais tarde”. (BOMFIM, 1901, pp. 188-9).

Vejamos ainda uma outra passagem em que o professor de economia política chamava a atenção para o critério de igualdade da *sociedade futura*: “Uma das melhores características da democracia futura será a difusão da cultura intelectual: tanto como o bem-estar material, os gozos intelectuais serão cousas perfeitamente acessíveis ao operário dos meados do século XX” (BOMFIM, 1901, pp. 188-9).

A estranheza de Bomfim sobre este ponto também era grande. Na sua visão crítica, a possibilidade de estender a cultura intelectual a todos os operários, já neste século, era algo utópico para a nossa realidade. Em tom satírico dizia: “menos no Brasil: aqui a continuarem as cousas como vão, nem no ano 2.200 haverá operários cultos e instruídos” (BOMFIM, 1901, pp. 188-9).

A impressão que temos é que estamos diante de dois discursos (ver introdução do livro de OSAKABE, 1979) ideológicos diferentes sobre o avanço do capitalismo. Na análise do economista inglês, a sociedade atual é idealizada com base no princípio igualitário, isto é, o desenvolvimento da produção capitalista eliminaria, no futuro, toda e qualquer fronteira entre as classes sociais; acabariam os privilégios dos ricos e, democraticamente, os operários teriam direitos à “cultura intelectual”, ao “bem-estar material”, aos “gozos intelectuais”. Compreende-se, então, que essa democracia e a *sociedade futura*, descritas acima, estão vinculadas a determinada *idéia*

*de progresso* que, em síntese, agruparia em torno de si uma rede de associações e de oposições.<sup>3</sup> Em princípio, o progresso capitalista, na visão de Clark, é associado e aparece como sinônimo, em vários momentos, de idéias genéricas como “liberdade”, “democracia”, “igualdade”, as quais eram (e são) utilizadas pela própria burguesia para justificar o capitalismo como o melhor sistema econômico e social. Por outro lado, a noção de progresso opõe-se à “luta de classes”, “à rivalidade entre o capital e o trabalho”, com o objetivo explícito de negar os antagonismos entre as classes na *sociedade futura* e, implicitamente, às teorias socialistas que defendiam tais idéias.

Na verdade, essa maneira de pensar, fruto do liberalismo do século XIX, projetava para o futuro uma imagem harmônica da sociedade, sem conflitos entre o capital e o trabalho, sem luta de classes.<sup>3</sup> Projetava para o futuro, com base na ideologia do progresso, um mundo de igualdade e de liberdade.

## 2. A IDEOLOGIA DO PROGRESSO E A SUPERAÇÃO DO ATRASO BRASILEIRO

“Na história dos homens tudo é progresso; apenas esse progresso trilha, por vezes, descaminhos, perlustra as ínvias sombras dos mata-gais, em vez de, num anseio elevatado, seguir reto para os horizontes onde pompéia o Sol” (ANDRADE *in* BATISTA, 1972, p. 181).

Seduzidos pelo progresso e a civilização das nações adiantadas, deslumbrados pelos “prodígios da indústria”, ou pelas “magias da ciência”, como falava no início deste século Euclides da Cunha, a maioria dos intelectuais, desligados da questão social e pertencentes aos setores médios ou às classes dominantes, vivia sob forte influência das ideologias burguesas (evolucionismo, positivismo, darwinismo social, spencerismo). Pregando a necessidade da modernização e criticando o *atraso* econômico, social e

---

<sup>3</sup> O objetivo da análise é verificar como a *linguagem* explícita uma *ideologia* e, através da crítica da linguagem, a possibilidade de desmontagem e compreensão desta ideologia. Em vários momentos de nosso trabalho utilizamos esse recurso, porque acreditamos que, na construção de seu trabalho (teórico), o intelectual penetra numa rede de significados em que procura desvendar a fragilidade de cada um deles, com a finalidade de colocar em seu lugar um outro (significado) que corresponda à sua ideologia (ver ROBIN, 1977m 1977; 153-72).

político, são esses mesmos intelectuais que procurarão romper com a imagem do Brasil arcaico e tradicional. De certo modo, passam a se preocupar com as causas que impediam o progresso, com as razões do atraso e com a construção de teorias para superá-lo.

O ideal de nação civilizada para os políticos e para a elite brasileira estava no desenvolvimento da França, da Inglaterra, ou dos Estados Unidos: “ser culto, moderno significa, para o brasileiro do século XIX e começo do XX, estar em dia com as idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso” (FAORO, 1975: 501).

Para os seguidores de um positivismo ortodoxo, o atraso brasileiro era devido à má formação do povo, ao seu despreparo cultural, ao analfabetismo, à inferioridade racial.<sup>4</sup> Nesta visão, o povo era julgado incapaz e estava despreparada para a civilização. Em decorrência, há necessidade de se adotar uma política autoritária para dirigir os destinos da Nação, já que o progresso econômico dar-se-ia sem o concurso do povo. Neste sentido, defendiam como lema para o país uma das idéias mestras de Comte: a *Ordem* por base e o *Progresso* por meta.

Outros, como Silvio Romero, um dos autores mais conhecidos do período, enfatizavam o progresso como uma necessidade para substituir a anarquia dos povos. Países como o Brasil, de mestiços, negros e mulatos na sua maioria, são países que, devido à sua formação racial, viviam em desordem, viviam na corrupção, na anarquia e só teriam a ganhar se se deixassem conduzir por um governo forte e civilizador. Na verdade, a apologia do progresso, nesse caso, traduzia não só as idéias racistas comuns na época, como também era uma defesa explícita do próprio avanço do imperialismo.

---

<sup>4</sup> Na Europa, a apologia do capitalismo entrou numa nova fase em fins do século XIX. A razão do fracasso da ideologia burguesa expressa tanto na “teoria harmônica da economia vulgar” como na “sociologia orgânica”, deveu-se às contradições do próprio sistema. No seu desenvolvimento o capitalismo acelerou as lutas de classes e pôs a descoberto uma outra dimensão da idéia de *igualdade* prometida pelo crescimento econômico. O aspecto desumano desse progresso, o que levou alguns intelectuais burgueses a reconhecerem certos “males” desse sistema. Na verdade, o que não era dito pela ideologia burguesa é que a idéia de *igualdade* no interior do capitalismo trazia em si (legitimava disfarçadamente) a dominação do capital sobre o trabalho (ver LUKÁCS, 1976).

Na defesa do imperialismo chegava a afirmar Silvio Romero utilizando-se do exemplo histórico: “Ninguém contesta algumas vantagens que a Gália, a Ibérica, a Grécia, a Ásia, o Egito, a África, minados pela anarquia, a desordem, a corrupção, advieram com a conquista romana. O progresso geral do mundo teve a lucrar com a redução desses países às condições de províncias da República e do Império”(ROMERO, 1906, p. 117).

Desse modo, autores racistas como Gobineau, Ammon, Lapouge, Spencer, Chamberlain, Haeckel eram citados indistintamente pelos intelectuais brasileiros. Entre estes, Lê Bon, um dos autores mais vendidos pelas livrarias do Rio de Janeiro até meados dos anos vinte. Nos seus livros, condenava ao fracasso todos os países de raça mestiça, ao negar o papel das massas no processo histórico, afirmava que o progresso era produzido por uma “elite de homens”, por “grandes homens” das ciências, indústrias e artes (LÊ BON, 1913, p. 151). Nas suas palavras, “todos os países que apresentam um grande número de mestiços estão, por esta única razão, condenados a uma perpétua anarquia, a menos que eles sejam dominados por uma mão de ferro, tal será fatalmente o caso do Brasil. Ele não conta senão com um terço de brancos. O resto da população se compõe de negros e mulatos” (LÊ BON, 1913, p. 45).

Essa *visão autoritária do progresso* era compartilhada por autores que marcarão profundamente a política e a cultura brasileira, tal como Alberto Torres. Fazendo a apologia da elite, ele dizia que para vencer o atraso era preciso confiar na “direção intelectual”, que o povo tinha necessidade de ser dirigido porque era incapaz para a democracia. Na sua comparação, “*o corpo alimenta não inspira, nem dirige o cérebro*” (TORRES, 1914, p. 117).

O autoritarismo político, próprio das classes dominantes, veiculava também uma concepção de progresso econômico em que se obscurecia a situação da classe trabalhadora. Obedecendo a padrões culturais europeus, às idéias européias de superioridade e vendo, na maioria das vezes, a Inglaterra como o modelo de civilização, desfalcavam somente o impacto da industrialização inglesa com seus ideais de “progresso”, “modernização”, “indústria”.

Na verdade, a maioria dos intelectuais não tinha noção da dupla natureza da industrialização. Para eles, o desenvolvimento do país não se apresentava como uma faceta do *capitalismo* na sua totalidade, mas de um

*progresso geral*. Desse modo, não tinham noção de que o desenvolvimento do capitalismo representava não só o progresso das forças produtivas, do aumento da produtividade e da técnica, mas também, o aumento da dominação do capital sobre o trabalho e das relações capitalistas de produção.<sup>5</sup> Navegavam, quase sempre, nas idéias evolucionistas da época. Segundo Francisco Iglesias, “o evolucionismo fortalece as pretensões européias à superioridade. O continente criara padrões culturais que considera os mais altos. E fulmina então como inferiores todos os outros, que são tanto mais ou menos cultos quanto mais se aproximam ou se afastam do modelo europeu. Os outros são os bárbaros” (IGLESIAS, 1971, p. 102).

O que bem poucos desses intelectuais viram é que nas fazendas de café, ao lado do progresso técnico, os imigrantes e colonos sofreram a miséria, a fome, o excesso de trabalho, os maus tratos, ameaças de morte quando reclamavam os seus direitos, vítimas de patrões cruéis e maus pagadores. E, do mesmo modo, fecharam os olhos aos problemas da industrialização: o emprego da violência policial na defesa dos patrões, o aumento da jornada de trabalho, a redução de salários, o emprego, de preferência, de mulheres e crianças nas fábricas, e a expulsão do país de trabalhadores imigrantes considerados “indesejáveis”.<sup>6</sup>

As greves ocorridas nas fazendas e nas indústrias, durante o período, atestam, de forma categórica, como o desenvolvimento capitalista se fez brutalizando os trabalhadores. Para ficarmos só num exemplo, cerca de 10 mil colonos, da região de Ribeirão Preto, entram em greve, em 1913, reivindicando aumento de salários, denunciando a alta dos gêneros de primeira necessidade e a proibição dos fazendeiros de cultivar cereais entre as fileiras do café (PINHEIRO & HALL, 1981, pp. 11 e ss.).

Mas a preocupação com as condições de vida e de trabalho do operário do campo e da cidade não têm sido objetivo da historiografia. Mesmo recentemente, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil é visto por vários autores através de uma leitura burguesa da própria história. O foco da

<sup>5</sup> Concordamos com Sérgio Silva que diz: “O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente desenvolvimento das forças produtivas: é também desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Em outras palavras, o reforço da dominação do capital sobre o trabalho” (ver SILVA, 1976, p. 20).

<sup>6</sup> A preocupação com os primórdios do capitalismo industrial (desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais) ultrapassa os limites do nosso tema. A historiografia marxista só recentemente tende a recuperar a documentação que mostra as *relações sociais*, estabelecidas no decorrer do processo capitalista (PINHEIRO & HALL, 1961).

análise esgota-se numa concepção de progresso em que estão ausentes, sobretudo, as lutas de classes, as contradições, as crises sociais, as condições de vida e de trabalho da classe operária que mostrariam que esse progresso não é contínuo e muito menos de que tenha beneficiado a todos. Presente nessas análises, muitas vezes, a idéia de decolagem do capitalismo a partir de determinado momento do século XIX, e de que houve uma mudança substancial no Brasil arcaico e tradicional do Segundo Reinado com a aplicação de capitais nas novas áreas cafeeiras, nas atividades de seguro, nos bancos, nos serviços públicos, nas estradas de ferro. E aliam a esses fatores o crescimento do mercado interno, a expansão cafeeira, o aumento da imigração estrangeira.<sup>7</sup>

Há outros, como Richard GRAHAM (1973)<sup>8</sup> que enveredam por uma explicação *psicológica* do desenvolvimento do Brasil (a influência britânica”), interpretando a “modernização do país como um fato decorrido da difusão das idéias capitalistas e das atividades empresariais”. No primeiro caso, destaca positivamente o papel de uma “classe média” e de intelectuais como Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Paulo Frontin, Joaquim Murinho, Silvio Romero, Júlio Ribeiro e Paulo Egídio que procuraram assimilar os conceitos de “progresso”, “ciência”, “indústria”, através da síntese evolucionista de Spencer. Combatendo a “sociedade tradicional” aliaram-se a homens de empresa, como Irineu Evangelista de Souza, André Antônio Rebouças e Luís Tárquínio que valorizavam o trabalho e acreditavam no capitalismo e na industrialização.

Vemos, portanto, em todas essas interpretações que se deixa de relacionar o desenvolvimento da industrialização com a história real, com o aumento da exploração da classe trabalhadora, com as condições de vida e trabalho, e não se tem consciência (ou se escamoteia) do significado real de palavras

---

<sup>7</sup> A historiografia nacional tem seguido o caminho traçado pela economia ortodoxa que toma como ponto de partida uma “sociedade tradicional” em “contraste” com o que vem depois (capitalismo industrial). Para uma crítica dos pontos de vista da economia ortodoxa, ver Caio Prado: “A teoria ortodoxa do desenvolvimento parte de uma situação estática, uma abstrata ‘sociedade tradicional’, semelhante em toda parte (ou pelo menos assemelhada para os fins da teoria), que num dado momento começa a se transformar por força de fatores estranhos e exteriores à sua dinâmica própria, sejam o avanço científico e as conquistas tecnológicas, sejam idéias e esperanças de progresso econômico, ou a intervenção de uma nova classe de indivíduos empreendedores e dinâmicos. Confluindo tudo para o desencadeamento de um processo auto-impulsionado de acumulação capitalista e inversões progressivas que condicionam o desenvolvimento” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 26)

<sup>8</sup> Para uma crítica da idéia de “modelo” e de “modernização”, ver Vilar *in* Lauger, 1967. E a análise de Marx sobre a economia política vulgar: “Na prática, a economia política vulgar se limita a transladar ao plano doutrinário, a sistematizar as representações dos agentes da produção, prisioneiros das relações de produção burguesas, e a fazer a apologia dessas idéias” (MARX, 1973, p. 800).

como “progresso” e “desenvolvimento” no Brasil de ontem e de hoje.<sup>9</sup>

Em Manoel Bomfim a idéia de progresso irá assumir contornos diferentes dos escritores de sua época. Inicialmente, porque se distanciava dos pontos de vista autoritário e racista predominantes. Já na sua obra *A América Latina*, em que procura a “causa originária” dos “males” que “oprimiam a Nação”, denunciava que a causa responsável pelo atraso do país, desde o Brasil colônia, era o “parasitismo”, a “decadência”, a “degradação” das “classes dirigentes”. Quando elas se tornam “parasitárias”, quando tendem a monopolizar não só a riqueza, mas o saber, os mecanismos de opressão reduzindo a imensa maioria dos “dominados” a uma vida miserável, as “classes dirigentes” se tornam também “inimigas do progresso”. Ou, por outro lado, elas se tornam também decadentes quando realizam reformas que “tendem sempre a satisfazer aos próprios interesses” (BOMFIM, 1905, p. 359).

A crítica às “classes dirigentes” pelo atraso estendia-se também à política agrária e à base de sua sustentação: a ideologia do Brasil rural. Sua postura era idêntica à dos movimentos nacionalistas que eram favoráveis à industrialização e se posicionavam contrários ao domínio ideológico e econômico das oligarquias rurais e do capital estrangeiro.

Em princípio, argumentava que o Brasil agrário em nada diferia do Brasil colonial; que a vocação agrária do país era uma “perpetuação do regime colonial” (BOMFIM, 1905, p. 189), uma vez que não havia diferença alguma entre o Brasil que produzia café na República, subordinado aos interesses econômicos europeus e, quando produzia, na época colonial, açúcar e ouro, atendendo à política metropolitana portuguesa.

Como denunciava Bomfim, a política econômica do governo estava atada a determinados “axiomas” que, no interesse dos grandes pro-

---

<sup>9</sup> É interessante notar que a ideologia do desenvolvimento nacional na década de cinquenta escamoteou também a exploração capitalista. Segundo Maria Sylvia “sempre (os isebianos, JM) concordaram que o desenvolvimento capitalista é a via possível, a via real, superadora da contradição nação/antinação. São óbvias as conseqüências dessas premissas: se o desenvolvimento se realiza na ordem capitalista, ele só pode ocorrer através do incremento do processo de apropriação do trabalhador, da implantação de formas racionais de aumentar a produtividade, isto é, de aumentar a taxa de mais-valia, seja ela absoluta ou relativa, de maximizar os lucros, de abrir profundas brechas nas formas de distribuição da riqueza, de participação na cultura, no exercício do poder político. Em poucas palavras, o desenvolvimento capitalista significa oposição radical entre capital e trabalho, a constituição essencialmente contraditória de burguesia e proletariado” (ver CHAUI & FRANCO, 1978, p. 176).

prietários, impediam o real desenvolvimento do país: “um dia, um estadista retórico, cujas idéias políticas eram essas mesmas – do Estado Colonial – formulou: ‘*O Brasil é uma Nação essencialmente agrícola*’. Foi o bastante, ficou assim consagrada a rotina econômica; ninguém teve a coragem de tomar esta inépcia, e mostrar quanto é idiota e irracional o conservar-se um país, qualquer que ele seja, como puramente agrícola” (BOMFIM, 1905, pp. 188-9).

Na sua visão, tal política que coloca em segundo plano a produção de culturas essenciais para a sobrevivência da população, como a do arroz, do feijão, produtos que, durante certo tempo, tiveram que ser importados, servia, unicamente, para enriquecer os “fazendeiros ignorantes” do café. Em consequência, o Estado, comprometido que estava com os interesses da economia agrícola exportadora, destinava a maior parte de seus recursos para a imigração, as plantações de café, as estradas de ferro e abandonava o resto do país: “4/5 do país vivia na miséria e no abandono, enquanto as terras do café e a borracha borbulhavam em ouro, como um capô de exploração mineira” (BOMFIM, 1905, p. 190).

Um outro aspecto da política agrária, assinalado por Bomfim, era a situação de dependência às teorias e aos interesses imperialistas. Criticando o liberalismo econômico que drenava as riquezas do país e, mais do que isso, era o grande responsável pela situação de miséria da América Latina, o escritor sergipano mostrava como a ideologia do livre-cambismo era utilizada pelas nações capitalistas para a dominação e exploração dos recursos de países como o Brasil. Diz Bomfim: “Spencer, traduzindo a feição da política e da civilização inglesa, no século XIX, disse que ‘*o Estado não deve ser industrial*’, e, desse momento em diante, para tapar a boca de qualquer Ministro de Obras Públicas um pouco ativo, é bastante repetir-lhe o conceito do evolucionista britânico. Nestes países, onde todas as liberdades essenciais estão esquecidas e anuladas, a fórmula – liberdade de comércio – com que as nações fortes mascaram o seu privilégio explorador, é o bastante para garantir a classe dos taverneiros de além-mar, sanguessugas que, ainda hoje, trazem a América Latina, e principalmente o Brasil, entanguida, esgotada, exangue” (BOMFIM, 1905, pp.190-1).

Predominava na política econômica “arcaica e antiprogressita” (BOMFIM, 1905, p. 190) o “spencerismo mal digerido”, o *laissez-faire*, e, as novas fórmulas “inventadas” do darwinismo social que determinavam que os mais fracos economicamente seriam devorados pelos mais fortes: “... O Estado, o garantidor, até então, desse regime colonial, acolhe-se hoje às

fórmulas spencerianas, inventa um darwinismo social que nunca passou pela mente do naturalista inglês, e diz que, não é do seu papel investir em tais cousas(...) cada um que ache por si o seu caminho(...) os que se sentem fracos, resignem-se a ser devorados...”(BOMFIM, 1905, p. 191).

É evidente que o alvo de todas as críticas de Bomfim, neste momento, era Joaquim Murinho e sua política econômica. Como ministro da fazenda de Campos Sales, Murinho negava qualquer auxílio do Estado às indústrias denominadas “artificiais”, sustentando que somente as indústrias “naturais” tinham condições de se desenvolverem e estas não precisavam do auxílio do Estado.

Na verdade, durante o domínio da política oligárquica rural, vivia-se a ilusão de um progresso capitalista às custas do café, através do qual os problemas econômicos do país poderiam ser solucionados. Uma ilusão que, entretanto, não era compartilhada por Manoel Bomfim. Este, numa passagem ilustrativa de sua obra, de 1905, antevia, a longo prazo, que o progresso capitalista às custas do café iria levar o país a uma *crise futura*. Segundo ele, “escritores, que nada tinham com o Brasil, já diziam em 1876: O Brasil é o café do mundo; com o café compra farinha, paga pão que não tem, compra os panos para se vestir, e tudo mais de que carece. É fora de dúvida que ganha muito; mas é também incontestável que pode estar preparando uma crise futura. Então, os economistas públicos riram, com certeza, da profecia” (BOMFIM, 1905, p. 190).

Resta ver, ainda, como Bomfim se aproxima das teorias burguesas sobre o progresso e qual o significado que tal palavra assume nos seus textos. SPENCER (Op.cit: 8-14), em dos teóricos mais citados pelos intelectuais do momento, conceituava o progresso como a “mudança do homogêneo em heterogêneo”, e com “desenvolvimento de um estado simples para um estado complexo”.<sup>10</sup>

Só existe progresso, dizia, quando ocorre uma maior divisão do trabalho, uma maior acumulação de riquezas e quando a organização social alcança o seu máximo de complexidade, a sua “perfeição”.

Encontramos nos textos de Bomfim a mesma idéia vaga de progresso, utilizando-se da *interpretação biológica da evolução histórica*, comparava Bomfim a sociedade a um “organismo vivo” sujeita a determina-

<sup>10</sup> A teoria evolucionista de Spencer fundamentava-se nas ciências naturais e buscava explicar todas as mudanças ocorridas no capitalismo através da divisão do trabalho ocorrida na estrutura familiar e pela maior complexidade em outros campos da vida humana: linguagem, cultura.

das “leis categóricas” (BOMFIM, 1905, p. 20 e ...).

Ao conceituar o progresso à maneira spenceriana como o “resultado do esforço contínuo do exercício combinado de todos os órgãos na luta pela vida” (BOMFIM, 1905, p. 29) não estabelecia qualquer diferença entre *progresso social* e *progresso orgânico*. Nesse sentido, a análise de uma sociedade *atrasada* ou de um povo primitivo segue as mesmas linhas ditadas pela biologia para analisar um animal inferior.

Vejamus como a interpretação biológica analisa a sociedade atrasada, comparando-a a um animal inferior, é um saco - no interior deste saco, constituído por um tecido quase homogêneo, cumprem-se todas as funções – digestão, respiração, circulação - é este saco que se contrai e desloca o animal, nem trabalho particularizado, nem grupos diversos de tecidos (BOMFIM, 1905, p. 31).

O mesmo fenômeno ocorre numa sociedade atrasada: “Numa sociedade primitiva inferior, os indivíduos vivem todos sensivelmente nas mesmas condições: cada família executa o conjunto de misteres essenciais à vida: planta, colhe, cria, fia o tecido com que se veste; a vida social se resume a um número restrito de funções que são executadas em comum, indistintamente, por todos” (BOMFIM, 1905, p. 31).

Por outro lado, uma sociedade civilizada é comparada a um animal superior. Esta é “um conjunto de órgãos perfeitamente diferenciados, adstritos a funções especializadas, divididas e subdivididas; a digestão, que ali se fazia em comum com todas as outras funções vitais, aqui se multiplica em funções especiais, executadas por uma série de órgãos – dentes, língua, faringe, esôfago, estômago, glândulas várias, tubo digestivo etc. – órgãos que dividem entre si o trabalho, e são constituídos por elementos diversos” (BOMFIM, 1905, p. 32).

Essa mesma idéia é utilizada para descrever uma sociedade avançada. Tal como no animal superior, “numa sociedade adiantada, há verdadeiros órgãos distintos, uma especialização complicadíssima de funções, e uma divisão de trabalho, às vezes, exagerada”. (BOMFIM, 1905, p. 32).

Do ponto de vista teórico não havia diferenças, portanto, entre estas analogias simplistas com a natureza biológica dos animais utilizadas por Bomfim, e a terminologia spenceriana sobre o progresso/atraso. Segundo o filósofo inglês, *o atraso* de um país existia quando um só *órgão* (como nos animais inferiores) desempenhava muitas funções e, não existia, dessa forma,

qualquer divisão do trabalho. Parece-nos que esta é também a visão de Bomfim.

Assinalemos, contudo, ainda que de passagem, a diferença básica entre os dois autores. Em Spencer a visão de progresso desdobra-se em dois momentos distintos: o *metodológico* e o *ideológico*. O método, que era o mesmo de Bomfim e de outros evolucionistas da época, permitia-lhe desenvolver suas analogias entre a sociedade humana e a animal. Já a postura ideológica, muito bem criticada por Bomfim nos seus livros, traduzia não só a sua interpretação racista sobre a evolução dos povos, como a defesa dos interesses imperialistas.

Essa distinção torna-se importante porque conduz a um dos aspectos centrais da filosofia evolucionista do autor de *A América Latina*, e de sua ideologia do progresso. O seu discurso é, por um lado, uma crítica às classes dirigentes rurais e às teorias “científicas” que buscavam provar a inferioridade dos povos latinos-americanos e, ao mesmo tempo, aos intelectuais pessimistas que não acreditavam no povo americano e na possibilidade dessas nações tornarem-se civilizadas. Embora Bomfim, como dissemos, seguisse as pegadas de Spencer, como porta-voz de um progresso ilimitado, ele retomará sob um outro prisma a questão entre civilização e raça. Enquanto que, para Spencer, a evolução dos povos dependia do comando da raça branca, para o autor de *A América Latina*, a raça nada tinha a ver com o progresso de um país.<sup>11</sup>

Ao contrário do que afirmava a “sociologia da cobiça” ou os “filósofos do massacre” (BOMFIM, 1905, p. 398), a América Latina “não era refratária ao verdadeiro progresso” (BOMFIM, 1905, p. 398), pois não estava condenada pelas “leis gerais do progresso” a viver como um povo primitivo, distante da civilização. Devia, por outro lado, como toda nação encontrar o seu caminho para o progresso, pois, nenhum país estava incapacitado *organicamente* para atingir tal meta.

---

<sup>11</sup> Como porta voz de um progresso ilimitado Spencer acreditava ter demonstrado que a marcha dos homens para um futuro melhor se desenvolvia em virtude de uma lei universal, e que a “evolução só pode completar-se com o estabelecimento da maior perfeição e da felicidade mais completa”. De outro lado, era evidente para Spencer que esta marca prosseguiria sob o comando da raça branca, permanecendo as outras, muito atrás dela, num estágio primitivo ou infantil. Da mesma forma, esperando a longínqua apoteose final da espécie *Homo sapiens*, mostrava-se resolutamente hostil às misturas de suas variedades grandemente divergentes (POLIAKOV, 1974, p. 283). As idéias de Bomfim, sobre o assunto serão desenvolvidas num tema à parte sobre *Raça e Imperialismo*.

Nasce da separação entre raça/progresso um outro aspecto de sua ideologia: o *anticolonialismo*. Adotando uma posição de crítico feroz ao imperialismo e a seus teóricos, respondia com ironia às afirmações de Le Bon de que era o progresso inglês que interessaria aos países atrasados como o Brasil: “imaginemos os filósofos e políticos do passado, os sociólogos de futuro, raciocinado pelos mesmos processos... Um tempo, era Roma a senhora do mundo – adotem todos os povos a alma dos romanos: um dia Roma desapareceu, e agora?... Viviam mesquinhos os árabes, não eram contados, quase, entre os povos: veio a sua vez, levantaram-se e fundaram um império que foi, no momento, o mais rico, o primeiro – sejam como os árabes... Sete séculos depois, em 1450, Espanha e Portugal eram sem importância; e, em 1600 possuíam quase metade do mundo e riquezas sem conta, exércitos que atravessaram Europa, armadas soberanas no mar – façamos espanhóis e portugueses... Um século passa, e é a França que se impõe à Europa, é a primeira – “depressa”, “depressa” sejamos como os franceses... Em 1750 a Inglaterra, pobre a acanhada, não seduzia ninguém; em 1850 é a mais rica e poderosa – sejamos ingleses... E, daqui a cinquenta sessenta anos, que é que devemos ser?...” (BOMFIM, 1905, pp. 381-2).

Ontem, como hoje, essa sua crítica é atual. Ela atravessa o seu tempo ao questionar historicamente a visão colonizada daqueles que vivem “fascinados pela grandeza dos Estados Unidos e da Inglaterra” (BOMFIM, 1905, p. 381), e demonstra através dos fatos que é uma ilusão pensar o progresso capitalista brasileiro tomando como modelos outras nações adiantadas.

Desse modo, o que era condenado por Manoel Bomfim no bojo da civilização era a dominação racista que pregava a desigualdade de fato e o neocolonialismo que impedia a independência econômica do país. A utopia da civilização, cuja meta era o progresso, era o seu sonho.

Porém, como não ser contraditório, quando se adota, como Bomfim, de um lado uma atitude favorável ao *progresso capitalista* e de outro uma posição *anticolonialista*?

Um primeiro traço deste liberalismo ambíguo está na sua crítica à orientação positivista que pesará sobre a política brasileira durante muito tempo. Face à *via* indicada pelas classes dirigentes para a superação do *atraso* do país e a constituição da Nação (lema Ordem/Progresso), o escritor sergipano afirmava que a manutenção da Ordem significava a continuação da espoliação, da injustiça e da exploração da Nação. A Ordem suprimia qualquer possibilidade de progresso, porque mantinha a população “ig-

norante”, “servil”, “oprimida”, “sem interesse no trabalho” e, desse modo, iludida e aproveitada pela caudilhagem política (BOMFIM, 1905, p. 396).

A Ordem é vista como antítese do progresso, pois contraria a liberdade do “povo”, da “Nação” e, através dela, desde os tempos coloniais, os governantes dominam o país e exploram as classes subalternas.

Não admitia, desse modo, o predomínio da *Ordem* sobre o *Progresso*, tal como aparecia na perspectiva conservadora do sistema positivista: “O positivismo é o mais vasto repositário de contradições nos sistemas modernos (...) Por outro lado, enobrece-se o Positivismo com a divisa do progresso, quando, ao mesmo tempo, o suprime intransigentemente. Senão, o que é o progresso? Um transformar incessante e indefinido, que só se define nos efeitos: o bem, a felicidade geral. Torna-se essencial, nesta concepção, que o progresso não pode ter limitação, nem orientação definitiva. Do momento em que tal estatuímos, marcamos termo à evolução humana, suprimimos o progresso. Ora, outra coisa não se encontra nas fórmulas positivistas de realização” (BOMFIM, 1931, pp. 178-80).<sup>12</sup>

O mal estava na “incapacidade”, na “estupidez” das “classes dominantes” em não compreender a transitoriedade da Ordem e perpetuar a rotina que levava o país à “decadência” e à “desagregação”. Segundo ele, a Ordem não é eterna, evolui com o tempo e chega o momento em que é preciso destruir a antiga Ordem para que outra se estabeleça no seu lugar (BOMFIM, 1930, p. 240-1).<sup>13</sup>

Na verdade, todo esse ataque à Ordem e à política oligárquica rural traduzia posições reformistas de mudanças do *status quo*. Suas críticas tinham um certo limite: o combate contra a Ordem, a seu ver, não poderia ser feito de maneira radical, com o emprego da violência ou da guerra civil, que seriam meios condenados pela população. Por outro lado, devia-se evitar o que acontecia na América Espanhola, onde as “revoluções armadas” só provocavam a “desordem”.

<sup>12</sup> Ao atacar o positivismo substituía a palavra Ordem, que simbolizava a Antinação, por princípios abstratos como justiça, liberdade, progresso que, no conjunto constituiriam os ideais da civilização moderna. Por outro lado, a mudança da Ordem Política, num dos seus últimos livros. *O Brasil na História*, estava associado à idéia de preservação das “genuínas tradições brasileiras”, tradição, nesse caso, se confunde com a *consciência nacional*, com o conhecimento da história pátria, sendo “estímulo” e “orientação” para a própria evolução da sociedade. “aos valores de consciência definida na respectiva tradição” (BOMFIM, 1931, p. 240), indicando, com isso, que a defesa da tradição nacional era um dos fatores do progresso da sociedade. A tradição, nesse caso, se confunde com a *consciência nacional*, com o conhecimento da história prática, sendo “estímulo” e “orientação” para a própria evolução da sociedade.

<sup>13</sup> Manoel Bomfim citava alguns historiadores como Tarde, Mommsen e até o “conservador antidemocrático” Carlyle para mostrar que, até mesmo, eles criticavam o imobilismo dos conservadores.

Exemplificava a idéia de mudança sem revolução com o enfoque dado à “rebelião” de 1924, ocorrida em São Paulo: o povo, dizia, apesar de antimilitarista e antipático, na sua maioria, ao governo central, era, entretanto, indiferente ao movimento tenentista.

Um outro aspecto que marca a dubiedade ideológica do autor está no significado assumido pela palavra progresso. Há várias qualificações para o progresso nas suas obras, quase sempre idealizando-o como meta da sociedade capitalista.

Na obra *A América Latina*, em que o conceito é mais utilizado, o progresso é qualificado de forma ambígua, uma vez que se valorizava ora uma *elite*, ora o povo. No primeiro caso, idealiza-se o progresso como proveniente de um saber ilustrado. Acredita Bomfim que a razão é o único meio para o aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade que, sem ela, torna-se impossível o “triunfo – a vitória crescente sobre a natureza” (BOMFIM, 1905, p. 401).

Por sua vez, o triunfo do progresso e do capitalismo é vinculado ao iluminismo de um pequeno número de pessoas que define quais são os “inimigos”, os “obstáculos”, “recursos” que o governo deve *conhecer* para alcançar os seus objetivos. Valorizava, desse modo, a competência, o saber, a ciência como meios de transformação da natureza animal do homem em natureza social” (BOMFIM, 1905. p. 426), estabelecendo uma associação entre *progresso/ conhecimento* em oposição a *atraso/ignorância*.

Para que o progresso se efetive, cabe ao Estado *trabalhar o cérebro* de outras milhões de pessoas para a criação de uma elite talentosa que deve dirigir o progresso da Nação: “Não há dúvida”, diz ele, “que o progresso é obra de um pequeno número de inteligências; faz-se preciso, todavia, que haja milhões de cérebros trabalhados, explorados, para que revelem essas poucas inteligências de elite; sem isto, lá ficariam perdidas, esquecidas, na ignorância primitiva” (Bomfim, 1905: 408).

Reside nessa visão a idéia de que sem educação não há progresso, sem que se crie uma elite de pensadores, de intelectuais, de cientistas, o país viverá eternamente na ignorância e, por isso, atrasado econômica e politicamente.

Contudo, partindo dessa concepção autoritária e de fundo burguesa, da noção de progresso como produto do iluminismo de uma minoria, construía, contraditoriamente, uma outra imagem do processo histórico, idealizando a natureza do progresso como obra das massas miseráveis: “O verdadeiro impulso para o progresso é dado, naturalmente, pelos que sofrem e

são oprimidos. São eles que, mordidos pela miséria, de arranco em arranco, atiram a sociedade para diante, ora quebrando os diques da resistência conservadora, ora disputando um lugar entre os mesmos dominantes, tornando-se voz ativa nos seus conselhos, forçando-os a uma ou outra concessão” (BOMFIM, 1905, p. 359).

É evidente que não há nessa interpretação populista o conteúdo de classe, mas uma idéia vaga de que as *massas* quando oprimidas, miseráveis, lutam contra o conservadorismo dominante.

Esse discurso ambíguo que ora o aproximava da ideologia das classes dominantes, ora a negava, era próprio de setores liberais da classe média. Esta, desencantada com a República (que não era a de seus sonhos) e afastada do poder, defendia a instrução popular, a moralização dos costumes políticos, a necessidade de industrialização. Incapazes de lançarem-se, conjuntamente, no movimento operário para efetuarem transformações mais profundas na vida sócio-econômica do país e, muito embora, alguns tenentes e intelectuais liberais tenham se manifestado por mudanças radicais no período,<sup>14</sup> as alternativas políticas propostas para enfrentar o poder oligárquico se esgotavam dentro dos limites do reformismo burguês: representatividade, eleição, descentralização política (federalismo).

Até meados da década de vinte, ao criticar a Ordem positivista e as classes dirigentes e mostrar que a *ignorância* era uma face do próprio *atraso*, Manoel Bomfim expressava, juntamente, com outros intelectuais, os desejos de uma classe com maior participação política. Para isto, idealizavam uma América Latina civilizada, na qual os trabalhadores, ao serem educados, participariam dos destinos do país escolhendo os próprios dirigentes.

Em síntese, defendia a idéia de que, somente através da *instrução popular*, o povo poderia participar da democracia. O sistema eleitoral, dizia, era uma “burla”, pois somente 10% dos cidadãos votavam e o povo não tinha, portanto, consciência de seus direitos.

---

<sup>14</sup> Em agosto de 1929, o PCB apresentava a Prestes, então na Argentina, um programa de frente única (mais tarde a maioria dos tenentes apoiaria o Partido Democrático e a Aliança Liberal): “Do encontro de Basbaum com Prestes, Juarez Távora e Siqueira Campos, nada sai de positivo; o primeiro apresenta como reivindicações a nacionalização da terra e a divisão dos latifúndios, a nacionalização das empresas industriais e bancárias estrangeiras, abolição da dívida externa; liberdade de organização e imprensa; direito de greve; legalidade para o PCB; e jornada de 8 horas; lei de férias; aumento de salários e outras melhorias. Prestes responde com o programa de voto secreto, alfabetização justa, liberdade de imprensa e organização e melhorias para os operários” (ver CARONE, 1972, p. 341).

Há, nesse momento, ao defender a via educacional como meio de se chegar ao progresso do país e que a escolar era o instrumento para se alcançar a democracia, a vaga idéia de que o sistema capitalista propiciaria a toda a sociedade condições de educação e cultura. Era, na verdade, pura ilusão que, mais tarde, o próprio Bomfim contestaria num dos seus últimos livros: “Repete-se que a necessária regeneração tem de ser inicialmente uma obra de educação e formação do povo. Sem dúvida, é indispensável que a massa da Nação brasileira suba de nível mental e social, mediante sistemática educação. Mas, tanto só se realizara; quando o povo for senhor dos seus destinos (...) Aqui, não se dará nunca, que os dominantes preparem a massa popular para ser a efetiva soberania da Nação. Equivaleria a realizar a própria revolução (...) Destarte, os dirigentes democratas podem derreir-se em liberalismo, multiplicar os cuidados em prol da instrução e da educação, em que isso venha redimir a maioria - os trabalhadores - da inferioridade em que se encontram, e que reflete os formidáveis privilégios econômicos e financeiros a que essa maioria tem de servir. A esperar que uma educação inicial nos leve à indispensável renovação, esperaremos eternidades, numa expectativa que será necessariamente a gravação de misérias” (BOMFIM, 1931, pp. 339-40).

Por outro lado, *a sociedade do futuro* de que falava no início do século, B. Clark, foi por água abaixo. Nem democracia, nem igualdade, nem educação, nem liberdade. O progresso capitalista na América Latina, por sua vez, criaria não um mundo igualitário, ou mesmo um empobrecimento relativo dos trabalhadores, mas um mundo de miseráveis e de opressão. E, mesmo, Bomfim, que estranhara, de início esse mundo fantástico descrito por Clark, que anulava a desigualdade social entre o burguês e o operário como uma realidade a ser alcançada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, chegaria a propor, mais tarde, uma outra via para a superação do “atraso” brasileiro. No seu livro *O Brasil Nação*, a apologia da *educação/progresso* dará lugar à idéia de *revolução*. Revolução, não no sentido da “possibilidade de um confronto real entre o proletariado e a mas assumindo as feições de um novo mito: o de uma **Revolução Nacionalista Popular**.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário. *A divina preguiça*. In. BATISTA, Marta R. et alii – Brasil 1<sup>o</sup> tempo modernista – 1917/29 – Documentação. São Paulo: IEB, 1972.
- BOMFIM, Manoel. *A sociedade do futuro*. A Universal, revista das revistas, Resenha da vida nacional e estrangeira, n. 26, Rio de Janeiro: 30-12-1901. Ano 1, p.188-9.
- \_\_\_\_\_. *A América Latina, males e origem: o parasitismo social e evolução*. Rio de Janeiro/Paris: Garnier, 1905.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil na História*. Deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- CARONE, Edgard. *A República Velha (instituições e classes sociais)*. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Difel, 1972.
- CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ CEDEC, 1978.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, v. 2, 2<sup>a</sup> ed., Porto Alegre/ São Paulo: Globo/ EDUSP, 1975.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia. Que é a Sociologia*. 5<sup>a</sup> ed., São Paulo: DIFEL, 1976.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Betanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- IGLESIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- LE BOM, Gustave. *Lois psychologiques de l'évolution des peuples*. 11<sup>a</sup> ed., Paris: Felix Alcan, 1913.
- LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razón la trayectoria del irracionalismodesde Schelling hasta Hitler*. 2<sup>a</sup> ed., trad. Venceslao Roces, Barcelona: Grijalbo, 1976.
- MARX, Karl. *El proceso de producción capitalista en su conjunto*. El capital – crítica de la economía política. Libro Tercero. Buenos Aires: Editorial Cartago SRL, 1973.
- OSAKABE, Raquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.

Recebido para publicação em 08/02/2000

Aceito para publicação em 23/12/2000

PINHEIRO, Paulo S. & HALL, Michel M. *Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. In: A classe operária no Brasil (1889-1930). São Paulo: Brasiliense, 1981.

POLIAKOV, Léon. *Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. In: O mito ariano. Trad. Luiz J. Gaio. São Paulo: Perspectiva/EDUSP. 1974.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense Editora. 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História e desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense. 1972.

ROBIN, Régine. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix. 1977.

ROMERO, Silvio V. da S. Ram's. *A América Latina: Análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*. Porto: Chardom. 1906.

SAES, Décio Azevedo M. de. *O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1973.